



Alfabetização e analfabetismo

desafios para as políticas públicas



Alfabetização e analfabetismo

desafios para as políticas públicas

Realização



Iniciativa



Patrocínio



Debate Alfabetização e Analfabetismo:
desafios para as políticas públicas

Evento realizado em 3 de setembro de 2003, no auditório do Instituto Itaú Cultural, e transmitido ao vivo pela Rede SescSenac de TV, por iniciativa do Observatório da Educação e da Juventude, programa da Ação Educativa patrocinado pela Petrobras.

Ficha Técnica

Coordenação do evento: Wagner Santana

Produção do evento: Luciana Pandolfi, Michelle Ohl e Rita de Cássia da Silva

Coordenação editorial: Iracema Nascimento – MTb 24636/SP

Redação e edição: Jaqueline Lemos – MTb 657/GO

Pesquisa: Tania Portella

Colaboração: Aninha Pecci, Camilla Croso e Silva, Claudio Leonardo dos Santos, Márcia Cristina de Oliveira, Maria Clara Di Pierro e Miro Nalles

Fotografias: André Penteado

Revisão de texto: Jandira Albuquerque de Queiroz

Projeto gráfico e diagramação: Sandra Kaffka/ArteAgora

Impressão: Graphbox

Ficha Catalográfica

Alfabetização e analfabetismo : desafios para as políticas públicas
(2003 : São Paulo)

Síntese do debate Alfabetização e analfabetismo :
desafios para as políticas públicas / Ação Educativa. –
São Paulo : Ação Educativa, 2003.

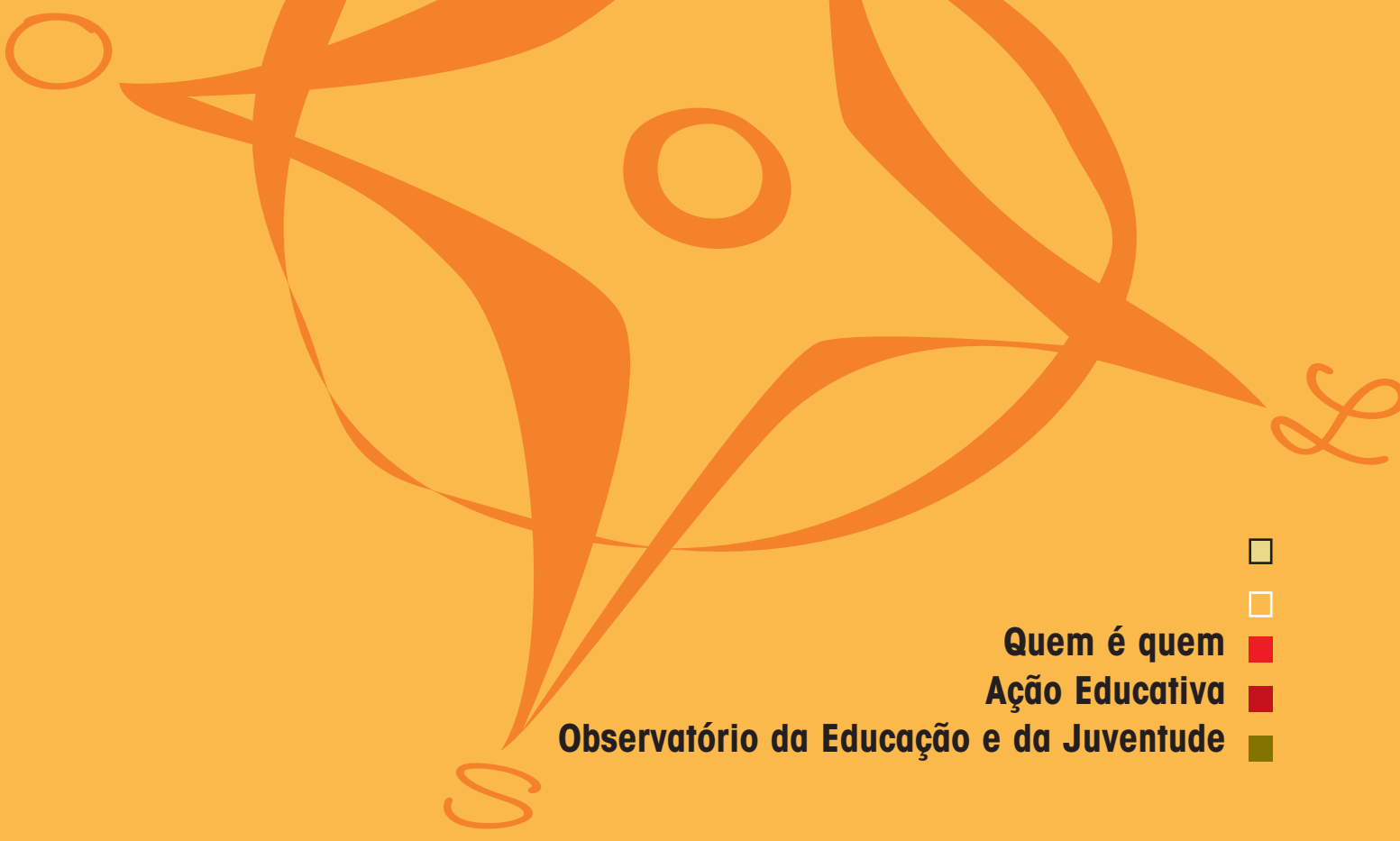
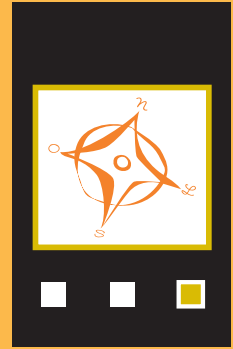
1. Educação e Estado – Brasil. 2. Alfabetização – Educação.
I. Ação Educativa. II. Título




CDD 379.81

□ Índice

■ Apresentação	07
Quem é quem	11
Ação Educativa	13
Observatório da Educação e da Juventude	15
■ Contexto nacional	17
■ Em debate	25
Desafios de hoje	27
Como fazer?	31
Interloquções	33
Controle social e avaliação	37
Financiamento e impactos	39
■ Diálogo com o público	43
■ Mergulho no tema	49
Instituições	51
Textos e publicações	54

Apresentação



Quem é quem 
Ação Educativa 
Observatório da Educação e da Juventude 





□ Apresentação

O analfabetismo é um dos temas centrais da agenda política nacional atualmente. Pela sua complexidade e impacto social, é um debate que tem mobilizado amplos segmentos da sociedade em reflexões sobre os percursos já trilhados na área, sobre as diferentes propostas e métodos desenvolvidos no País e sobre os rumos e os desafios futuros colocados para o governo federal iniciado em 2003.

Com o objetivo de discutir os principais desafios para o enfrentamento do analfabetismo, mostrar a diversidade de idéias sobre algumas das mais significativas propostas de alfabetização no Brasil e apontar os possíveis caminhos para as políticas públicas do setor, esta publicação apresenta uma síntese do debate “Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas”, realizado no dia 3 de setembro de 2003, em São Paulo. O evento foi organizado pelo Observatório da Educação e da Juventude, programa da Ação Educativa patrocinado pela Petrobras, em parceria com o Instituto Itaú Cultural e a Rede SescSenac de Televisão.

Diante da riqueza do tema, buscamos ampliar as discussões e reflexões surgidas no debate, trazendo ao leitor informações adicionais. O capítulo **Contexto nacional** é o ponto de

partida, no qual apresentamos um panorama resumido, com dados sobre o Programa Brasil Alfabetizado, lançado oficialmente pelo Ministério da Educação no dia 8 de setembro de 2003, e com os aspectos políticos e conceituais mais gerais que perpassam as definições de políticas públicas para a área de alfabetização e educação de adultos.

No capítulo **Em debate**, sistematizamos as discussões entre os expositores em blocos temáticos: Desafios de hoje; Como fazer?; Interlocações; Controle social e avaliação; Financiamento e impactos.

Já no capítulo **Diálogo com o público**, sintetizamos alguns dos questionamentos feitos pelos participantes e as respostas elaboradas pelos expositores. E, permeando os capítulos **Em debate** e **Diálogo com o público**, selecionamos alguns depoimentos de alfabetizandos do Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) e do Programa Alfabetização Solidária, que, apesar de não terem participado do debate, mostram em suas falas a importância do processo de alfabetização em suas vidas.

Para finalizar, em **Mergulho no tema**, oferecemos ao leitor dicas de instituições, sites e textos que discutem a

alfabetização e a educação de jovens e adultos, de forma a contribuir com aqueles que tenham interesse em se aprofundar no tema.

Esperamos que esta publicação colabore para intensificar e qualificar o debate

sobre o analfabetismo, a alfabetização e os desafios para as políticas públicas do setor. E que ela também se constitua como mais um estímulo ao intercâmbio e às reflexões entre os vários segmentos da sociedade organizada e os diversos níveis governamentais.





□ Quem é quem

O debate “Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas” contou com a participação dos seguintes debatedores:

■ **Célio da Cunha**, Unesco
(Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

Com representação no Brasil desde 1972, atua por meio de projetos de cooperação técnica, firmados com o governo com o objetivo de auxiliar a formulação e a operacionalização de políticas públicas sintonizadas com as grandes metas acordadas entre os Estados membros. Atua também com instâncias da sociedade civil, na medida em que seus propósitos contribuam para as políticas públicas de desenvolvimento humano.



Célio da Cunha

é doutor em Educação. Foi superintendente de Desenvolvimento Social e de Ciências Humanas e Sociais do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e diretor de Políticas Educacionais da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC (Ministério da Educação). Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, atualmente é assessor especial da Unesco no Brasil.

■ **Liana Borges**, Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos)

O primeiro Mova foi criado em São Paulo, em 1989, quando Paulo Freire era secretário municipal de Educação (1989-1990). A partir dessa experiência, muitos outros foram criados no País, consolidando a Rede Mova Brasil. A Rede tem como premissa a parceria entre a sociedade civil e o poder público e promove uma ação alfabetizadora popular como ferramenta para a participação cidadã.



Liana Borges

é mestre em Educação, assessora do gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (RS) e membro da coordenação da ONG Diálogo: Pesquisa e Assessoria em Educação Popular. De 1989 a 1998, coordenou a Educação de Jovens e Adultos e o Mova na Prefeitura de Porto Alegre, e de 1999 a 2002 desempenhou as mesmas funções no governo do Rio Grande do Sul.

■ ■ □
Regina Esteves, mestre em Gestão Universitária, desde 1998 é superintendente executiva da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária. Foi pró-reitora financeira da Universidade São Marcos, em São Paulo (1994 – 1996) e diretora de projetos do MEC (1996 – 1998).



■ **Regina Esteves**, PAS
(Programa Alfabetização Solidária)

Criado em janeiro de 1997 pelo Conselho do Comunidade Solidária, iniciativa ligada ao governo federal, o Programa Alfabetização Solidária é hoje uma instituição da sociedade civil que tem como objetivos reduzir os altos índices de analfabetismo e ampliar a oferta pública de educação de jovens e adultos. Mantém parcerias com diversas empresas, organizações, instituições de ensino, pessoas físicas, prefeituras, governos estaduais e também com o MEC.

■ ■ □
Vera Masagão Ribeiro

é doutora em Educação pela PUC-SP, assessora e pesquisadora da Ação Educativa. Desenvolve trabalhos nas áreas de educação de jovens e adultos, alfabetismo e letramento. Entre suas publicações, destacam-se *Letramento no Brasil* (Global, 2003), *Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras* (ALB/Ação Educativa/Mercado de Letras, 2001) e *Alfabetismo e atitudes* (Papyrus, 1999).



■ **Vera Masagão Ribeiro**, Raaab
(Rede de Ação Alfabetizadora de Adultos do Brasil)

A Raaab articula educadores e coordenadores de programas de educação de adultos, pesquisadores, administrações públicas, movimentos sociais, sindicatos e outras entidades ligadas à área no Brasil. Publica a revista *Alfabetização e Cidadania*, apóia o movimento de Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e a realização do Eneja (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos).



□ Ação Educativa

Ação Educativa é uma organização não-governamental fundada, em 1994, com a missão de contribuir para a constituição e a efetivação de direitos educativos e da juventude, tendo em vista a promoção da justiça social, da democracia participativa e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Para realizar essa missão, a Ação Educativa combina diferentes estratégias: ação local e experimentação pedagógica; formação e capacitação de jovens, educadores e outros agentes sociais; articulação e participação em redes e fóruns nos âmbitos local e nacional; promoção de campanhas de sensibilização e mobilização; pesquisa e difusão de informações e conhecimentos; promoção de debates e intercâmbio; produção de materiais educativos; assessoria a órgãos públicos; diálogo e pressão junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A opção de combinar essas diversas estratégias constitui a própria identidade da instituição. Reunir os diferentes atores e promover o diálogo e a colaboração são as principais marcas do estilo de atuação da Ação Educativa.

Seus objetivos estratégicos para o triênio 2004-2006 são os seguintes:

- Ampliar e fortalecer a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público;
- Construir um marco conceitual que delimite os campos da adolescência e da juventude, de modo a orientar a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas para essa área;
- Fortalecer e ampliar a concepção de participação juvenil como um direito;
- Construir sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade e seu direito de participar das definições dessas políticas;

- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, na implementação e no controle social de políticas que garantam os direitos educacionais;
- Estabelecer programas públicos orientados à constituição de sistemas educacionais, considerando a singularidade dos sujeitos e a co-responsabilidade dos agentes envolvidos na sua formação e gestão;
- Estimular e fortalecer a cultura de controle cidadão por meio da ampliação e da qualificação do debate público no campo dos direitos e das políticas públicas de educação e de juventude;
- Fortalecer organizações e redes da sociedade civil nas suas ações voltadas para a universalização dos direitos humanos, a ampliação da cidadania ativa e a consolidação da democracia e da solidariedade nos âmbitos nacional e internacional.



❑ Observatório da Educação e da Juventude

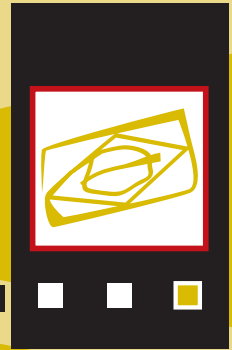
O Observatório da Educação e da Juventude quer ampliar o controle social das políticas públicas, fortalecendo a capacidade de influência de cidadãos e cidadãs e criando melhores condições para que possam agir e interferir coletivamente na efetivação de direitos bem como nos rumos das políticas de educação e de juventude.

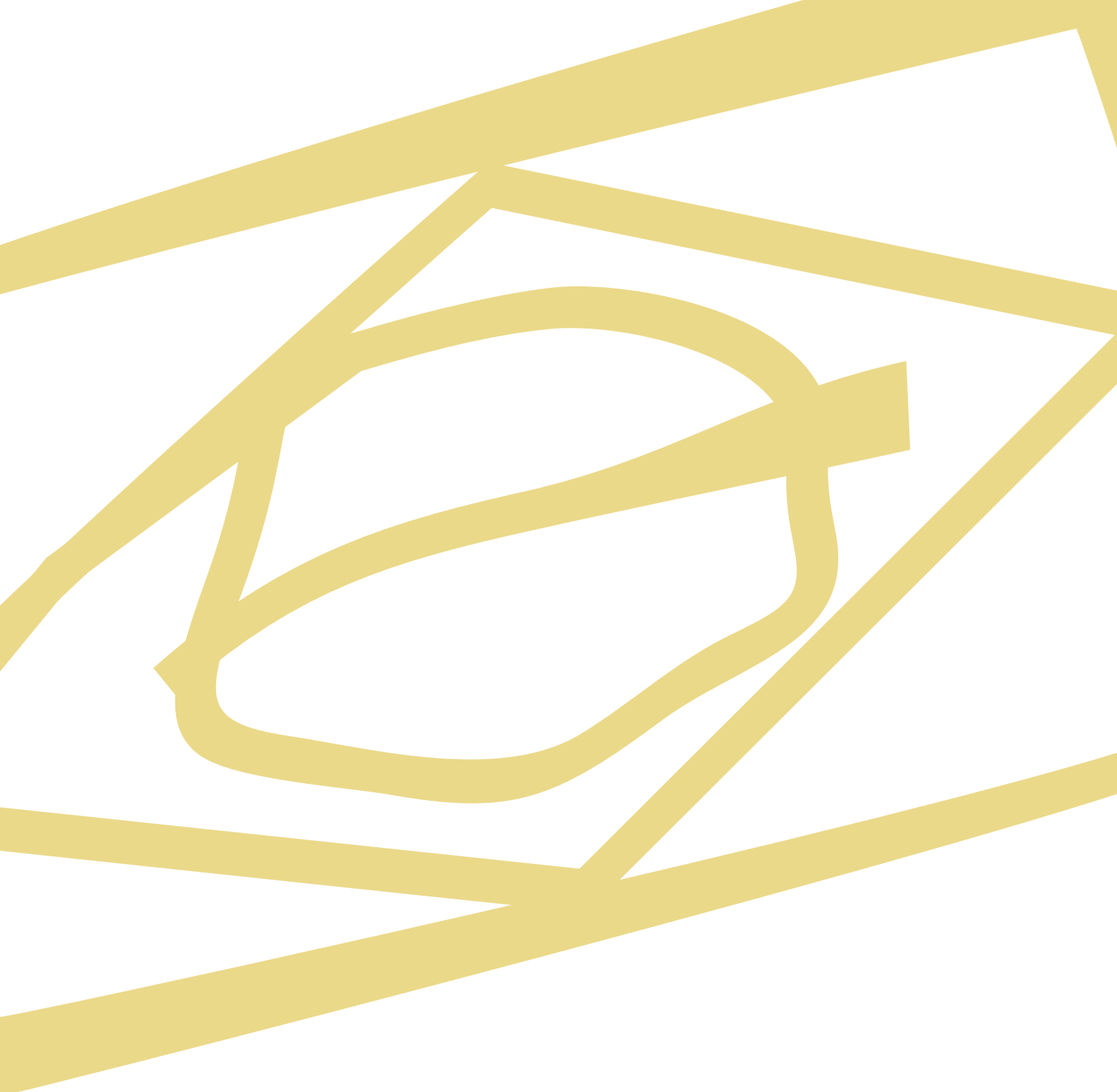
Com a eleição do governo federal empossado em janeiro de 2003, comprometido com um projeto político popular e democrático para o Brasil, configura-se um espaço alargado de diálogo e um reconhecimento da sociedade civil como ator legítimo da vida política do país. No entanto, a realização desse potencial coloca-se como desafio contínuo, visto que se insere em um campo de acirradas disputas e conflitos de interesses, exigindo postura crítica bem como independência por parte das organizações sociais comprometidas com a justiça social.

As mudanças econômicas, políticas e sociais almejadas por tantos brasileiros só se realizarão, de fato, e de forma sustentável no longo prazo, quando houver uma sociedade civil forte que possa fazer valer seus valores e interesses, elaborar propostas, negociar, tomar decisões, controlar a implementação das medidas conseqüentes e defendê-las de ameaças. Para atuar de modo efetivo na arena pública os atores sociais necessitam de diversificadas instâncias de articulação, de novos canais para exercerem influência sobre as políticas, de fóruns de intercâmbio de experiências e opiniões e de informação qualificada que lhes possibilitem participar com condições mais favoráveis na conflituosa e disputada arena pública.

Uma importante linha de ação do Observatório é contribuir para fomentar e conferir rigor ao debate das políticas educacionais e de juventude, produzindo e estimulando a produção e a circulação de opiniões, análises, estudos e pesquisas sob perspectivas diferenciadas daquelas que vêm se tornando hegemônicas em ambos os campos. Além disso, o Observatório quer contribuir para capacitar cidadãos e cidadãs a ocupar mais efetivamente espaços de participação social, de modo a exercer maior influência nos mesmos, e a conseguir acionar com mais eficácia mecanismos de defesa de direitos.

Contexto nacional







□ Contexto Nacional

Em pleno século XXI, uma parcela significativa da população adulta brasileira historicamente excluída da escola regular ainda se encontra à margem de espaços e oportunidades em que possa exercer minimamente sua cidadania. Mesmo se considerarmos que a taxa de analfabetismo no País caiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), **os desafios que temos pela frente são enormes**. São cerca de 16 milhões de analfabetos absolutos (pessoas que não dominam as noções mais rudimentares de leitura e escrita, sendo incapazes, por exemplo, de ler e escrever um simples bilhete) e 33 milhões de analfabetos funcionais (aqueles que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possuem as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente; em levantamentos censitários, são consideradas analfabetas funcionais pessoas com 15 anos ou mais, com menos de quatro séries concluídas).

O analfabetismo é uma questão que extrapola a agenda nacional. A ONU (Organização das Nações Unidas) estabeleceu o ano de 2003 como o início da Década da Alfabetização no mundo. De 6 a 11 de setembro de 2003, a Unesco realizou em Bangcoc, na Tailândia, a

Confintea+6, com o objetivo de fazer uma análise intermediária dos compromissos assumidos pelos países que participaram da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, na Alemanha, em 1997. Na ocasião, o conceito de educação de adultos adquiriu nova dimensão, passando a compreender os múltiplos processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada ao longo da vida.

A reunião de Bangcoc identificou desafios e tarefas a serem enfrentados até a 6ª Conferência, que acontecerá em 2009. Constatou que cerca de 862 milhões de pessoas ainda se encontram em situação de analfabetismo absoluto, 64% das quais são mulheres e 70% vivem na Ásia e na África. Um dos principais problemas discutidos em Bangcoc foi o fato de que as políticas educativas da maior parte dos países não incorporaram a concepção de aprendizagem ao longo da vida, prevalecendo a visão instrumental, que reduz a educação básica à alfabetização e à instrução primária e prioriza a escolarização de crianças e adolescentes.

No Brasil, a questão da alfabetização de jovens e adultos ganhou proeminência nacional e tornou-se alvo de disputas desde janeiro de 2003, quando

Os desafios são enormes

Estudo realizado pela Ação Educativa conclui que o declínio das taxas de analfabetismo é um fenômeno recente que não resulta de políticas públicas educacionais abrangentes, contínuas e adequadas para a população jovem e adulta, mas do esforço pela universalização do ensino fundamental para crianças e adolescentes, acrescido de programas de correção do fluxo escolar e aceleração de estudos para alunos com defasagem na relação entre idade e série cursada. DI PIERRO, M. C.; GRACIANO, M. *Seis anos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: os compromissos e a realidade*. São Paulo; Ação Educativa, 2003.

Habilidades de leitura e de escrita

Desde 2001, o Inaf é desenvolvido pela Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, órgão ligado ao Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). O Inaf avalia as habilidades de leitura, escrita e cálculo da população brasileira entre 15 e 64 ■ ■ ■ anos de idade e sua capacidade de aplicá-las em situações do cotidiano.

o ministro da Educação, Cristovam Buarque, anunciou como prioridade de sua gestão o “combate implacável” ao analfabetismo, prometendo alfabetizar, em quatro anos, 20 milhões de brasileiros com mais de 15 anos excluídos do mundo da leitura e da escrita. Para cumprir essa meta, o MEC criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo e, em 8 de setembro, lançou o Programa Brasil Alfabetizado. Aqui, cabe ressaltar que as críticas de pesquisadores, educadores, movimentos sociais e ONGs da área de alfabetização e educação de jovens e adultos começam pelos termos utilizados pelo MEC para se referir ao analfabetismo. Reflexo de uma situação de exclusão social, o analfabetismo não pode ser tratado como “epidemia, chaga ou doença a ser combatida ou erradicada”.

Seguramente, o Programa deu maior visibilidade ao assunto, apresentando-se como uma boa oportunidade de ampliar o debate sobre a evolução das políticas públicas brasileiras de alfabetização e de educação de adultos. É recomendável avaliar os percursos já trilhados, identificar erros e acertos, apontar novos e possíveis rumos e verificar se estamos dialogando com os compromissos assumidos na Confin-tea, sobretudo quanto à necessidade de aliar alfabetização a educação de

jovens e adultos, compreendida como um direito dos cidadãos à educação ao longo da vida.

Esta é a grande preocupação de pesquisadores, organizações não-governamentais e militantes do campo da educação de jovens e adultos. Todos cobram do governo federal a definição de metas claras para que o Programa Brasil Alfabetizado seja mais que uma campanha de alfabetização. Todos alertam para a urgência de se garantir vagas no ensino regular de educação de jovens e adultos aos cidadãos que passarem pelas classes de alfabetização, para que possam dar prosseguimento a seus estudos e continuar aprendendo e se desenvolvendo.

Enquanto, para o mundo desenvolvido, organismos internacionais apontam um patamar de oito ou nove anos de escolaridade para se atingir o alfabetismo funcional, aos países subdesenvolvidos recomendam quatro anos de estudos. No Brasil, a pesquisa Inaf (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional) confirma que o ensino fundamental é o patamar mínimo para que as pessoas **consolidem suas habilidades de leitura e de escrita**.

O que está em jogo, portanto, é a premência de se garantir educação



básica de qualidade para todos os brasileiros, conforme determina a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Certamente, o Brasil só vencerá esse desafio quando resolver o impasse do financiamento para a educação.

Mais que alfabetizar

Diante da complexidade dos históricos problemas educacionais brasileiros, a educação de jovens e adultos pode ocupar um lugar de destaque, sendo apontada como uma política estratégica para enfrentar a exclusão e a desigualdade. Os milhões de brasileiros em situação de analfabetismo total ou funcional têm seus direitos fundamentais negados reiteradamente, geração após geração. Para consolidar uma sociedade democrática, projetos educativos que atendam às necessidades básicas de aprendizagem e que reflitam a diversidade cultural são primordiais para garantirmos a promoção dos direitos humanos, da tolerância e da solidariedade.

Não é novidade que o Brasil mostra-se como um país de contrastes abissais.

O quadro de analfabetismo de jovens e adultos também espelha essas diferenças. Por meio dos dados do Censo 2000 do IBGE, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao MEC, elaborou o *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, que mostra a Região Nordeste com quase 50% dos analfabetos brasileiros, isto é, cerca de 8 milhões de pessoas (considerando os analfabetos absolutos). Quanto à distribuição entre os municípios, observamos que 125 deles detêm 25% do total de analfabetos (com 15 anos ou mais), e outros 586 concentram metade desse contingente. É interessante notar que os 100 primeiros municípios com a maior concentração de analfabetos estão espalhados por quase todos os Estados brasileiros; 24 deles são capitais. A cidade de São Paulo, por exemplo, concentra o maior número de analfabetos (383 mil pessoas), seguida do Rio de Janeiro (199 mil).

Quanto à relação entre analfabetismo e renda, novamente observamos um cruzamento de fatores que estruturam nossas disparidades. Num país onde a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que a dos 20% mais pobres, a

taxa de analfabetismo retrata significativamente essa concentração. O *Mapa do Analfabetismo* mostra que, nos domicílios cujos rendimentos são superiores a dez salários mínimos, o analfabetismo é de 1,4%. Já nas residências cujos rendimentos são inferiores a um salário mínimo, a taxa chega a quase 29%.

Entre a população negra, a taxa de analfabetismo era de 20%, contra 8,3% na população branca. O Censo 2000 do IBGE também mostrou que a escolaridade da população com idade igual ou superior a 10 anos era de 6,1 anos de estudo. Essa média, porém, oculta a desigualdade étnico-racial: com 7 anos de escolaridade, a população branca tinha dois anos a mais de estudo que os negros, cuja escolaridade média era de 5 anos.

No campo das desigualdades entre homens e mulheres, o *Mapa* revela que nas faixas etárias mais jovens alcançou-se uma certa equidade de gênero no acesso à alfabetização, o que não ocorreu nos grupos de idade mais avançada, fazendo com que as mulheres ainda fossem a maioria (51%) entre os analfabetos computados em 2000.

O conhecimento de cada um

Ao implementar o Programa Brasil Alfabetizado, o governo federal inicia um trabalho de cadastramento nacional para identificar todos os brasileiros com mais de 15 anos que ainda não sabem ler nem escrever. O MEC coordenará essa ação, que pretende tirar do analfabetismo 3 milhões de pessoas em 2003; 6 milhões em 2004; 6 milhões em 2005; e 5 milhões em 2006.

Nas orientações gerais do Programa, o MEC afirma que “a ação pedagógica deve considerar o mundo do jovem e do adulto, associada aos problemas sociais do seu cotidiano e à sua cultura. Por isso, o ponto de partida é o conhecimento de cada um dos alunos que compõem o grupo”. Sem dúvida, uma tarefa que exigirá amplas parcerias e o respeito à diversidade.

Por isso, o governo tem enfatizado que o Brasil Alfabetizado acolherá todas as iniciativas de alfabetização em andamento e observará a diversidade das metodologias já desenvolvidas. Especialistas, educadores e militantes da área aprovam a diversidade metodológica, mas chamam a atenção para a necessidade de se estabelecer princípios que



garantam uma concepção básica comum à proposta.

As ações de alfabetização serão desenvolvidas em parceria com órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos, que ficarão responsáveis pela cessão das salas de aula e dos materiais didáticos e pela formação dos educadores. Os rumos do Programa serão orientados pela Comissão Nacional de Alfabetização, instituída em 24 de setembro de 2003 e formada por representantes de várias instituições e segmentos sociais. Uma aposta da sociedade civil é que a principal diferença entre o Programa Brasil Alfabetizado e outras iniciativas governamentais de alfabetização de adultos pode ser o controle social, que, se bem executado, avaliará se as metas estão sendo ou não alcançadas, quais metodologias são mais adequadas e se os recursos estão indo para quem de fato alfabetiza.

Experiências diversas

O novo governo tem demonstrado disposição para o diálogo, mas as organizações da sociedade civil estão

atentas para cobrar que essa disposição não se apenas resume a uma boa intenção. Justamente por se inserir num contexto de diversidade e de restrições orçamentárias, o papel do governo federal na gestão e na articulação das políticas públicas de alfabetização torna-se fundamental. Os Estados e municípios, destacados como os agentes públicos no desenvolvimento de programas de alfabetização de jovens e adultos, são peça-chave nesse processo de articulação.

Atualmente, o País experimenta a coexistência de uma grande diversidade de programas organizados pelos governos nos âmbitos estaduais e municipais, por diferentes organizações da sociedade civil e também pela iniciativa privada. A rede nacional de Movas, chamada de Mova Brasil, organizada e financiada por governos municipais e estaduais em parceria com organizações da sociedade civil, e o Programa Alfabetização Solidária, desenvolvido em municípios e regiões com altos índices de analfabetismo, dão uma mostra de que a sociedade civil e os governos podem, em parceria, assumir responsabilidades pela implementação de políticas públicas de alfabetização.

Sem perder o foco

Ao estabelecermos que a formação de jovens e adultos corresponde a uma multiplicidade de processos formais e informais de aprendizagem ao longo da vida, teremos condições de pensar o Programa Brasil Alfabetizado e as demais experiências em curso no País como eixos condutores de uma formação para a cidadania e a democracia.

Como um dos países signatários dos compromissos firmados na 5ª Conferência, o Brasil assumiu a responsabilidade de promover a educação de jovens e adultos, tendo como premissas: o direito universal à alfabetização e à educação básica; a promoção da igualdade e da equidade nas relações entre homens e mulheres; a formação para o mundo do trabalho; a preservação do meio ambiente e da saúde; a

democratização do acesso à cultura; o direito às aspirações dos diferentes grupos: idosos, indígenas, migrantes, pessoas encarceradas, portadores de deficiências.

Acreditamos que esses são os parâmetros básicos para desenvolver programas de alfabetização. O momento político atual nos remete a uma possibilidade mais efetiva de caminharmos no sentido de promover a alfabetização de jovens e adultos de uma forma ampla, de modo que esse processo não seja reduzido ao “saber ler e escrever”. É necessário que as habilidades de leitura, escrita e cálculo assegurem oportunidades de continuidade de estudos em outros níveis e respondam às demandas específicas dos alfabetizandos, constituindo-se como mais um fator para que todos exerçam plenamente sua cidadania.

Ação Educativa

Em debate



- Desafios de hoje** 
- Como fazer?** 
- Interlocuções** 
- Controle Social e avaliação** 
- Financiamento e impactos** 





□ **Em debate:** Desafios de hoje

Neste primeiro bloco, os debatedores analisaram a meta do Ministério da Educação de, em quatro anos, tirar do analfabetismo cerca de 20 milhões de brasileiros acima de 15 anos de idade. Nessa meta está incorporada a idéia do analfabetismo funcional, ou isso diz respeito apenas ao analfabetismo absoluto? Ela é factível? Os prazos propostos são adequados? Após o impacto inicial da campanha, haverá realmente a possibilidade de absorver os recém-alfabetizados na rede de ensino em processos de educação continuada?

■ **Vera Masagão – Educação ao longo da vida**

O lançamento do Programa Brasil Alfabetizado gerou uma grande polêmica, em especial pela proposta de alfabetizar em até seis meses. Se estivermos ancorados na concepção de uma alfabetização integrada, de educação ao longo da vida, concluímos que seis meses é um período curto para que uma pessoa adquira de fato algum conhecimento, principalmente quando falamos do analfabeto absoluto. Nesse grupo existem pessoas que apenas conhecem as letras e outras que até assinam o nome. São estágios, etapas de aprendizagem, que variam muito, dependendo do grau de aprendizagem e do próprio ritmo da pessoa.

No entanto, uma política pública exige parâmetros, especialmente no caso de uma campanha que pretende atingir muitas pessoas num período curto de tempo. Um movimento extensivo para mobilizar rapidamente um grande número de pessoas é válido, desde que seja prevista sua continuidade. Acredito que um período maior, de um ano, por exemplo, garantiria um patamar que animasse o alfabetizando, fazendo-o se sentir mais seguro para buscar a continuidade da sua aprendizagem, seja voltando à educação formal ou buscando outras alternativas de aprendizagem, por meio da formação profissional básica, da leitura... Enfim, das mais diversas formas como a educação pode acontecer ao longo da vida.

■ **Célio da Cunha – Autonomia de aprendizagem**

Sobre o tempo de alfabetização, é importante o que foi colocado pela Vera: a continuidade. A alfabetização até pode se dar em seis meses, desde que exista a garantia da inclusão da pessoa alfabetizada no sistema educacional. A Unesco defende um processo contínuo de aprendizagem. Além do que, diante das exigências de



(...) eu já estudei em varias escolas quando eu era maes jovem. parei pois não gostava de estudar ainda não gosto. mas o tempo fai passando e eu fui mi conscientizando da emportância que os estudos na vida do ser-humano. hoje todos i qualquer tipo de trabalho é exigido o segundo grau completo. e a maioria das escolas não querem dar a oportunidade para as pessoas mais velhas que querem recomeçar, é um direito que todos nós temos de a prender para lutar pelos nossos direitos (...)

*Francisca Santos, 43 anos
Educanda do Mova SP
Ação Educativa – São Paulo, SP*



É, hoje são 8 meses quem diria quando comecei não sabia distinguir ponto e vírgula, confundia as letras entre s com c, f com v e j com g., agora que o governo deu esta oportunidade para as pessoas menos desenvolvidas eu só tenho que agradecer por ter esta oportunidade. Hoje me considero mais letrada e estou muito feliz pelas pessoas que tiveram a coragem de coordenar o movimento de alfabetização de jovens e adultos. Eu gosto muito da minha professora. ”

*Ivanete Teresinha Cristovam,
48 anos
Educanda do Mova RS
Estação, RS*

hoje, não se admite discutir três, quatro ou cinco meses de escolaridade. Isso é um absurdo. O mundo hoje discute uma escolaridade de oito, dez anos. As trocas econômicas e culturais no atual contexto de mundialização das atividades humanas exigem conhecimento.

O processo de alfabetização pode começar com três, seis meses, tendo continuidade até o indivíduo alcançar uma determinada autonomia de aprendizagem ao longo da vida. Esta é a meta realmente fundamental. Não podemos nos conformar com a existência de 15 ou 20 milhões de analfabetos no início de um novo milênio. Como diz o ministro Cristovam Buarque, é preciso se indignar contra essa situação.

■ **Liana Borges – Além da escolarização**

Pela experiência que tivemos com o Mova, muitas vezes percebemos que não é a busca imediata pela conclusão da escolarização o que mobiliza as pessoas, sejam elas analfabetas funcionais ou analfabetas absolutas. Muitos buscam espaço para uma realização pessoal, para sair de casa e conhecer novas pessoas, para construir um novo ambiente de convívio. A necessidade de aprender se dá ao longo da vida, e, assim, observamos que os desejos e as dimensões que levam as pessoas a buscar um processo de escolarização ou de alfabetização são diversos, não é necessariamente a escolarização em si.

Penso que o poder público precisa atingir a totalidade das pessoas que ainda não acessaram o direito à educação. Porém, para cumprir essa meta, é necessária a construção de uma política pública efetiva, que articule a sociedade civil organizada, os poderes públicos nas suas três esferas de relação e as experiências já existentes. Acredito que 20 milhões seja uma meta ousada, mas ainda não é suficiente para a construção de uma política pública num país com uma dimensão cultural e geográfica como o Brasil.

A discussão central do 3^o Encontro Nacional de Movas, realizado em agosto deste ano, recaiu exatamente sobre o tempo necessário para se considerar um processo de alfabetização consolidada. Nós, do Mova Brasil, definimos que é inadmissível pensar em um tempo de alfabetização inferior a uma média de oito a dez meses. Avaliamos ainda que as pessoas com alguma dificuldade de aprendizagem têm o



direito de permanecer nesse processo de alfabetização durante o tempo necessário para cada uma delas, seja um ano ou dois.

Isso tem sustentação no conceito de alfabetização ao longo da vida, mas também tem como perspectiva uma ação política e cultural desses educandos e dessas educandas, para que, ao se empoderar, possam efetivamente transformar suas condições de sobrevivência. O que nós desejamos é alfabetizar as pessoas, mas numa dimensão ampliada. No plano das políticas públicas, é necessário estabelecer um planejamento rigoroso, com prazos, objetivos e metas a serem cumpridos. Mas precisamos encaixar nesse planejamento todas aquelas pessoas que têm o desejo de se alfabetizar e que, muitas vezes, não cabem em uma meta ou um prazo. No Mova de Porto Alegre (RS), num bairro chamado Restinga (no extremo sul da cidade), tivemos essa experiência. As mulheres “concluía” a **alfabetização em três meses** e depois nos procuravam, porque sentiam que aquilo que tinham aprendido não era suficiente para sua realização pessoal nem tampouco para o exercício da cidadania

Na condição de poder público, afirmo que a continuidade pressupõe um movimento de alfabetização, e, por isso, as redes municipais ou estaduais precisam se preparar para receber os alfabetizandos que vêm dos Movas, do Alfabetização Solidária ou do Brasil Alfabetizado. Caso contrário, correremos dois riscos: ou as pessoas não conseguirão um lugar para continuar sua escolarização ou, quando conseguirem, se sentirão insatisfeitas com a proposta pedagógica. Não sei como o Brasil Alfabetizado vai dar conta disso.

■ Regina Esteves – Política pública de EJA

A discussão sobre a erradicação do analfabetismo no País é sempre muito complexa. É preocupante quando nos deparamos com a realidade do contingente de analfabetos absolutos, ou seja, esses 16 ou 20 milhões de jovens e adultos não-alfabetizados. Todos que trabalhamos com alfabetização temos preocupação com a continuidade do processo educacional desses alunos, que poderão ser atendidos em programas de alfabetização, mas que necessitam ter acesso à educação continuada. Então, é preciso falar em educação de jovens e adultos como política pública.

Concordando com a Liana, ou seja, pensando na educação como um direito, precisamos ter uma visão mais ampliada. Como estamos falando de educação ao longo

■ ■ Alfabetização em três meses

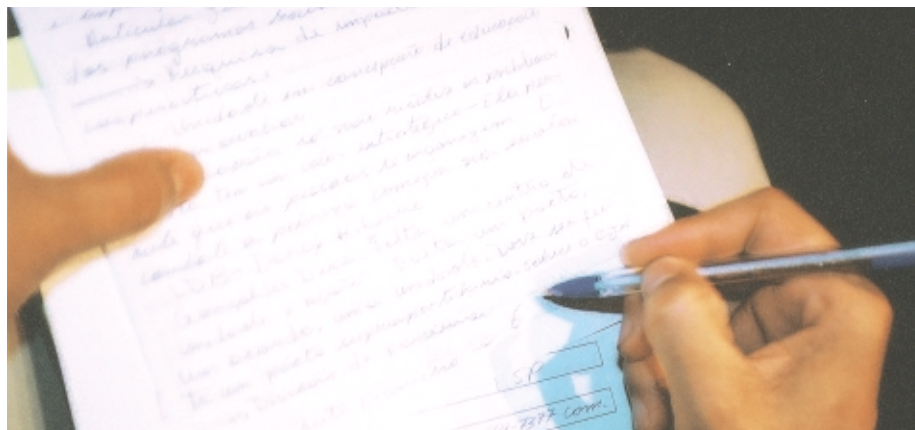
Liana se refere à ação proposta pelo Geempa (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação), organização liderada pela ex-deputada federal Esther Grossi (PT-RS), que promete alfabetizar em três meses. Em 1997, com financiamento do MEC, o Grupo se propôs a alfabetizar 1.000 mulheres jovens e adultas moradoras da periferia de Porto Alegre.

da vida, não é possível imaginarmos um atendimento pontual. A questão do tempo sempre foi uma discussão muito presente no Alfabetização Solidária com as instituições universitárias que atuam em parceria conosco. Consideramos que o modelo de cinco a seis meses de atendimento é insuficiente. O aluno necessita de um tempo maior, e a nossa proposta é de uma ação de educação de jovens e adultos fortalecida, ampliada. Por isso, nas comunidades onde estamos atendendo em parceria com a gestão municipal, nosso objetivo é alcançar a continuidade do processo de alfabetização e educação de jovens e adultos.

Aumento na matrícula

Dados do Censo Escolar realizado pelo Inep, do MEC, indicam aumento de 77% na matrícula inicial do ensino fundamental de jovens e adultos de 1995 a 2002, incluindo as redes pública e particular.

No momento, é importante questionar o que realmente queremos: mobilizar a sociedade para a alfabetização? Chamar atenção para esse contingente de excluídos da educação? Segundo o censo escolar, **houve um aumento na matrícula de jovens e adultos**, ou seja, esse público está buscando a escola. Mas esse aumento ainda é muito pequeno diante da demanda. Mesmo considerando o aspecto positivo no atendimento mais ampliado a esse público de analfabetos absolutos, há sempre a preocupação de que também estamos incentivando e ampliando a oferta pública de educação para jovens e adultos, até para evitar que esse problema recaia em entidades do terceiro setor, que têm um papel participativo e colaborativo nessa ação, mas não como uma responsabilidade de ofertar a educação, o que é papel do Estado.





□ **Em debate:** Como fazer?

Diante dos desafios colocados, como é possível atender a uma demanda de alfabetizar 20 milhões de pessoas? Do ponto de vista metodológico, quais os cuidados que o Brasil Alfabetizado deve ter quanto às diretrizes, aos materiais didáticos e à diversidade de propostas em andamento nos Estados e municípios? E, retomando parte do debate no bloco anterior, qual a média mínima de escolaridade necessária para começar a melhorar o perfil educacional da população brasileira?

■ **Vera Masagão – Transformação da realidade**

Há muitos questionamentos sobre os métodos de alfabetização. Qual é o melhor método? Qual funciona de forma eficiente? Nesse aspecto, considero correta a iniciativa do atual governo de não impor um método. Especialmente em alfabetização de jovens e adultos, a questão não é o método em si – silábico, global ou construtivista –, mas o enfoque. As pesquisas mostram que, para a aprendizagem da escrita, os métodos existentes funcionam. Mas, além desse mecanismo, se algo mais for acrescentado, vai contagiar o alfabetizando com uma vontade de mudança, com uma comoção social, com uma visão de que ele precisa ser sujeito de uma mudança na sua própria vida. Além do instrumental para juntar as letras, ler e escrever um texto, a pessoa precisa se sentir envolvida.

É importante nos lembrarmos do legado de Paulo Freire, para quem ler não se restringia a decifrar letras e palavras, mas também “ler o mundo”. Então, ele defendia um processo de alfabetização numa perspectiva cidadã, mais ativa na construção e na transformação da própria realidade. É necessário fazer isso de forma integrada com outras políticas de desenvolvimento e inclusão social, como renda mínima, emprego, saúde e acesso à cultura de uma forma geral.

Sobre a média mínima de escolaridade para que uma pessoa se torne um leitor proficiente, um bom parâmetro foi apontado pelo **Inaf**. O ensino fundamental completo, com a possibilidade de ser adaptado com períodos mais curtos para os adultos, é o patamar mínimo para que a pessoa atinja um nível básico. É também o que a nossa legislação afirma como direito de todos os cidadãos e obrigatoriedade do Estado. O que deveria nos deixar indignados é que existem **milhões de brasileiros que ainda não têm esse direito básico assegurado**. Os países desenvolvidos têm como parâmetro dez anos de escolaridade.

■ **Inaf**

O Inaf (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional) é uma pesquisa que avalia as capacidades de leitura, escrita e cálculo dos brasileiros. Desenvolvida desde 2001 pela Ação Educativa em parceria com o IPM (Instituto Paulo Montenegro), órgão ligado ao Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), está em sua terceira edição.

■ **Milhões que ainda não têm esse direito básico**

No Brasil, a interpretação da lei restringe a noção de direito ao ensino fundamental. Embora a Constituição Federal e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) afirmem que esse nível de ensino é um direito de todos, independentemente da faixa etária, durante o governo FHC (1995-2002) os brasileiros foram bombardeados com a idéia de que o ensino fundamental é um direito apenas das crianças e dos jovens dos 7 aos 14 anos. Assim, a quantidade de pessoas com mais de 14 anos que não têm acesso ao ensino fundamental chega a quase 40% da população.

Parecer nº 11

O parecer nº 11/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de autoria do conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos, atribuindo especificidade a esse segmento. Foi aprovado em 10 de maio de 2000 e publicado no *Diário Oficial da União* de 9/6/2000, Seção 1-E, p. 15. (Está disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/>)

■ **Liana Borges – Identidade pedagógica**

Está claro que há necessidade de políticas públicas que garantam a educação básica para todos, mas também é preciso garantir a educação de jovens e adultos, por meio da construção de uma identidade política e pedagógica própria. Não podemos transferir para a EJA o modelo de ensino fundamental “regular” das crianças. Nesse modelo, os jovens e os adultos não conseguem ter uma noção ampliada de educação. Isso acontece pela ausência de uma política nacional de formação continuada dos profissionais para que se construa uma identidade de EJA. Temos alguns aparatos legais importantes, como o **parecer nº 11 do Jamil Cury**, instrumentos internacionais e várias experiências em curso. Mas existe uma reorganização curricular que contemple a vida dessas pessoas, fazendo-as acessar o ensino fundamental? Não basta ampliar a oferta. É preciso construir essa identidade urgente. Senão, daqui a um ano, diremos: “as pessoas chegaram ao ensino fundamental, mas acabaram abandonando a escola”.

Nesse ponto, gostaria de retomar um antigo debate: nós precisaríamos resgatar a educação popular e recolocá-la no cenário do Brasil Alfabetizado. Temos percebido uma retomada do preconceito em relação ao paradigma da educação popular, como se tivéssemos, ao longo desses quarenta anos, soterrado o legado de Paulo Freire. Temos escutado muito: “é possível alfabetizar em três meses, desde que seja com um professor”. Temos convicção de que não se trata de ser um educador popular *a priori*, ou seja, aquele que faz uma opção consciente por se engajar num movimento de alfabetização. Trata-se de garantir um processo de formação continuada desses educadores e dessas educadoras. Parece-nos que isso não está acontecendo no Brasil Alfabetizado. Fala-se de um curso preparatório inicial. E depois? E quando os problemas na sala de aula começam a aparecer e a pressão do tempo vai aumentando? Nesse momento, o educador está sozinho e abandonado.

■ **Regina Esteves – Diversidade com coerência**

Defendemos a diversidade metodológica. No Alfabetização Solidária, as universidades têm autonomia para aplicar o seu método. Mas, ao longo desse processo, identificamos também a necessidade de uma unidade de concepção de alfabetização. Ou seja, podemos ter essa diversidade metodológica, mas é preciso de um princípio que norteie essa concepção de alfabetização. Caso contrário, podemos ter dificuldades para avaliar os processos, se não for possível comparar os métodos ou até mesmo aprender com essas experiências. A diversidade metodológica é rica e positiva, mas precisamos de uma coerência de concepção.



□ **Em debate:** Interlocuções

Vivemos numa sociedade com maior participação da população. Como é possível articular as experiências de alfabetização sem dispersão ou pulverização? O desejável numa sociedade complexa como a nossa é a existência de canais de comunicação efetivos entre comunidades, entidades, ONGs, empresas e governo. Esses canais estão funcionando? Hoje, há um bom nível de debate entre governo, sociedade e entidades? Qual é o papel do governo?

■ **Regina Esteves – Organização social**

Acredito que a interlocução entre governo e sociedade civil deve ir além da abertura de canais de comunicação. Recentemente, fizemos uma pesquisa de impacto com uma amostra representativa do Alfabetização Solidária e verificamos que a alfabetização tem maior impacto na auto-estima do aluno e na formação de um capital humano se for desenvolvida articuladamente com outros projetos de proteção social. O principal indicador da pesquisa é o crescimento da organização social. Observamos um aumento de cooperativas organizadas pelos próprios alunos. Isso mostra que, se trabalharmos outros conceitos de alfabetização, conseguiremos atingir uma meta mais ampliada.

A sociedade civil tem respondido. Temos uma prova concreta da iniciativa privada que participa, que financia parte das nossas ações, mas não em substituição ao poder público. Aliás, esse é um debate interessante: até onde vai o papel da sociedade civil? Até onde ela pode contribuir na oferta, mas não deixando de provocar a discussão e o fortalecimento da educação pública? Só conseguiremos alcançar a erradicação do analfabetismo, ou até mesmo a diminuição do analfabetismo funcional, com a escola pública oferecendo essa modalidade de educação.

■ **Vera Masagão – Diálogo não garantido**

O poder público está investindo na responsabilidade de estabelecer diretrizes, disso ele não pode se furtar. E, quando falamos em participação da sociedade civil, precisamos ter muita clareza sobre isso. As organizações que têm convênio com o poder público estão emprestando seus próprios esforços, mas também, recebendo recursos públicos para executar uma tarefa. Isso é uma grande responsabilidade, e o poder público deve controlar esse processo, avaliar as metodologias, os focos e as

“ Eu quero continua a aprender por que eu acho importante os estudos tem gente que dis eu quero la saber de estudo mais depois e que sabe o que e sofrer a pessoa sem estudo é mesmo que ser um sego não sabe ler não sabe escrever até pra falar tem dificuldade se vai conversar só fala errado por isso eu quero continua a aprender para não ser como muitos que tem por air sem enterece nenhu de ser alguém na vida mastarde então eu vou me intereçar pra ver se eu consigo um bom imprego eu sei que eu só vou conseguir se eu continuar a aprender. ”

*Vanutério Pereira Cavalcante,
15 anos
Educando do Programa de
Alfabetização Solidária
Girau do Ponciano, AL*

Representante do MEC

O secretário nacional pela Erradicação do Analfabetismo, João Luiz Homem de Carvalho, havia confirmado presença, mas desmarcou o compromisso à véspera do evento e não enviou representante.

Programa de Governo do PT

No Programa de Governo 2002; Uma Escola do Tamanho do Brasil, a primeira das duas propostas do partido para EJA era: “1. Implantar o programa Mova Brasil para erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos (...)”.

Comissão não foi instituída

A fala de Vera Masagão data de 3 de setembro, quando foi realizado o debate que resultou nessa publicação. No dia 8 de setembro, o MEC lançou o Programa Brasil Alfabetizado e anunciou a Comissão Nacional de Alfabetização. A Raaab está representada na Comissão por Aída Bezerra Costa.

organizações mais capacitadas. O debate sobre a responsabilidade social ainda é muito limitado no Brasil. Ainda assim, não podemos nos esquecer de que o poder público é o principal financiador responsável pela alfabetização e pela educação. Ele também tem a responsabilidade de estabelecer diretrizes, avaliar e coordenar todo esse processo.

Sobre o nível de diálogo, como representante da Raaab, posso afirmar que não estamos plenamente satisfeitos com essa administração. O diálogo não está acontecendo, e o fato de não termos um **representante do MEC** nesse debate mostra isso. A Raaab tem feito alguns questionamentos. O ministro Cristovam Buarque está implementando um programa que não constava no **Programa de Governo do PT** para a educação. Se querem mudar, vamos discutir. Até pode existir uma justificativa para essas mudanças, mas não podemos ignorar a proposta inicial. Há também a promessa de criação de uma comissão, com uma ampla representação, para acompanhar o desenvolvimento do Brasil Alfabetizado. Até agora ela **não foi instituída**. Enfim, os canais ainda não estão garantidos. Precisamos estar atentos, mesmo com um governo que tem uma proposta democrática, pois o diálogo não vem de graça, e os espaços de escuta e de participação não se abrem tão facilmente.

■ Célio da Cunha – Pacto pela educação

A educação tem um valor estratégico. A Unesco lançou um livro sobre o retorno econômico da educação, e vemos que essa questão é estratégica, até mesmo porque isso permite que as pessoas se organizem. A rigor, o combate à pobreza começa na escola. Este é um outro valor da educação.

Mas, voltando às responsabilidades, cabe ao Ministério da Educação a coordenação da política educacional. E isso está consagrado na LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação]. É um dado importante e uma reivindicação antiga no Brasil. Hoje estamos precisando de um pacto nacional pela educação. E cabe ao Ministério da Educação, em articulação com os governos estaduais e municipais e com a sociedade civil, orquestrar esse amplo acordo nacional. Nossos impasses só serão resolvidos num pacto suprapartidário coordenado pelo governo.



■ Liana Borges – **Provocar o diálogo**

Retomarei um pouco o que o Célio comentou sobre a divisão de responsabilidades. O Estado é responsável como coordenador, gestor, articulador e financiador de políticas públicas. É necessário fazer a distinção sobre a parceria da qual estamos falando. Pela experiência do Mova, para fortalecer um conceito de parceria que responsabiliza o Estado na relação com a sociedade civil, é preciso de diálogo. E realmente é uma pena que esse nosso debate tenha a ausência, certamente justificada, do Ministério de Educação. O Mova Brasil avalia que é preciso afinar mais o diálogo com o governo federal para que possamos mapear e discutir as experiências de alfabetização já existentes. Não precisamos redescobrir a roda. Sem dúvida, a sociedade civil tem muito a nos ensinar. Esse conceito de parceria fica como sugestão. Por exemplo, o Mova SP foi propulsor de uma experiência entre a sociedade civil e o governo público municipal com a constituição **de fóruns de rede, de grupos de diálogo**. Por isso, acredito que devemos provocar o diálogo.



Fóruns de rede, grupos de diálogo

Quando da criação do Mova em São Paulo, durante a gestão do professor Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação, a idéia de parceria e diálogo entre a sociedade civil e o poder público era pressuposto fundamental do Movimento. Naquela época, construiu-se um fórum de debates e formação que reunia todos os movimentos, entidades e associações conveniados com a Secretaria. Nesse espaço, se discutiam questões políticas e pedagógicas do Mova. Para a gestão do projeto, constituiu-se um segundo fórum, com a participação de representantes dos movimentos e das entidades conveniados e da equipe central do programa na Secretaria.

Depois do Nova

Depois que eu entrei no Nova estou
bem contente,
porque estou aprendendo mais, ^é meu nome
que eu escrevia errado. acendi.

agora estou lendo um
pouco, mas não é bem como
eu quero, preciso estudar mais.
Agora os meus netos vão para a
creche e eu vou para a aula.

Emilda Bolson 64 anos
Rua Tiradentes
Bairro Santa Cruz
Nova Gata.
572 Protatino Alves



□ **Em debate:** Controle social e avaliação

As políticas públicas para a promoção de alfabetização de jovens e adultos necessitam de mecanismos de controle social e métodos transparentes de avaliação. Esses procedimentos têm relação direta com a capacidade de diálogo entre o governo federal e os demais atores sociais envolvidos no processo. Como a sociedade organizada pode ter condições efetivas para exercer o controle social nos programas de alfabetização? O atual contexto político favorece sistemas de avaliação transparentes?

■ **Vera Masagão – Realidade complexa**

Ao pensarmos no contexto político atual, creio que vale a pena retomarmos um pouco da nossa história. Quando foi criado o **Mobral**, durante a ditadura militar, o propósito era combater os movimentos de alfabetização, os círculos populares de cultura inspirados em Paulo Freire. Para isso, nos foi imposto um material didático altamente centralizado, com alto controle ideológico. E quais eram os resultados do Mobral? Ninguém sabia. Porque, sem democracia, não há possibilidade de avaliação das políticas públicas.

Hoje, vivemos numa democracia, mas nossa realidade é muito complexa. As pessoas que estão na condição de analfabetismo absoluto vivem em situação de pobreza. Existem outros problemas sociais. Os desafios não são poucos. O importante é que o controle social e a atenção da sociedade garantem que avaliemos o que está dando certo e o que não está. Esta pode ser a grande diferença do Programa Brasil Alfabetizado. Não podemos confiar totalmente nos dados que o Mobral divulgava, porque não havia a menor possibilidade de controle social sob um governo ditatorial e repressivo.

É interessante destacar que o Programa Alfabetização Solidária sinalizou uma diferença, pois se constituiu vinculado a um processo de avaliação, com **avaliadores externos**. Essa experiência teve seus limites, já que avaliação é uma coisa cara, mas significou um passo importante. Assim, é fundamental continuarmos cobrando do governo. O Brasil Alfabetizado está sendo avaliado? O recurso público está indo para as pessoas que estão se alfabetizando? Qual é o controle social que está sendo feito?

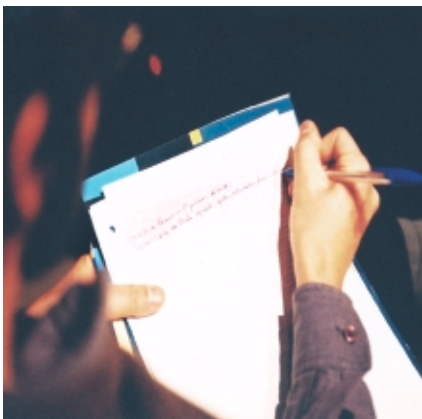
■ **Mobral**

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado pela Lei n^o 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

■ Apesar da ênfase na pessoa, o objetivo primordial dessa iniciativa limitava-se a fazer com que os alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação humana.

■ **Avaliadores externos**

Realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), a pesquisa sobre os impactos do Alfabetização Solidária foi concluída em novembro de 2002. Os resultados podem ser conferidos na publicação *Avaliando n^o 3*. (Brasília, Programa Alfabetização Solidária, agosto/ 2003.)



▪ Célio da Cunha – **Articulação sistematizada**

Precisamos de políticas de continuidade. Não se erradica o analfabetismo da noite para o dia. No Brasil, temos uma história de boas experiências, ainda que interrompidas por sucessivas mudanças de gestão. Alfabetizar 20 milhões é uma tarefa para várias gestões e instâncias de governo – municipais, estaduais, federal –, por meio de uma política organizada e sistematizada, com uma clara divisão das responsabilidades. Essa articulação sistematizada é necessária para proporcionar a continuidade de uma política de longo prazo com avaliação externa.

Quando temos claro que o governo é o coordenador de uma política nacional de educação, sabemos que isso precisa ser feito em articulação com os Estados, os municípios e a sociedade civil. A Unesco defende que é preciso abrir espaço para as múltiplas vozes da sociedade civil, num diálogo permanente, freqüente e organizado em todas as instâncias. Acredito que esta ainda seja a missão do governo Lula. Mas gostaria de enfatizar um aspecto: os segmentos mais pobres da população não têm ONGs para representá-los. E o Estado tem obrigação de representar os segmentos pobres e encontrar mecanismos e instrumentos adequados para ouvir essas vozes.



□ **Em debate:** Financiamento e impactos

Além da responsabilidade central do Estado, como se dá a participação dos setores organizados e da iniciativa privada como parceiros nas políticas públicas? Quais as responsabilidades desses diferentes sujeitos no financiamento da educação no Brasil para reverter o quadro de analfabetismo? Outro aspecto importante neste debate é o impacto econômico do crescimento da população alfabetizada.

■ **Célio da Cunha – Investimentos insuficientes**

O Brasil investe em torno de 4,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação. Boa parte desse dinheiro é canalizada para o ensino fundamental via **Fundef** e outra parte, para as universidades. O Plano Nacional de Educação havia previsto 7% do PIB, **mas isso foi vetado**. Sem ampliar esses recursos, dificilmente poderemos avançar em outras questões. A sociedade civil chegou a reivindicar 10% do PIB para a educação, mas, na atual conjuntura econômica, isso é difícil. Sabemos que o investimento atual no Brasil é bom se comprado a alguns países da América Latina, mas ao longo da história educacional brasileira há um enorme déficit, que agora está vindo à tona. Ainda que o veto ao PNE seja revisto e consigamos ampliar os investimentos para 7%, ainda serão insuficientes para o País “acertar o passo com o mundo”. Por isso, insisto num somatório de esforços com a sociedade civil. No Alfabetização Solidária, por exemplo, existem mais de 100 empresas envolvidas no programa, mas ainda falta um conceito de gerenciamento dessa potencialidade. Segundo o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], o Brasil tem mais de 4 milhões de empresas.

Quanto à relação entre o retorno econômico e a alfabetização, alguns estudos já mostram que a alfabetização pode elevar os salários dos trabalhadores. A Unesco está fazendo um estudo mais detalhado, mas isso significa que o preço da pobreza e da ignorância é muito maior que o dinheiro gasto para erradicá-las. Além disso, uma população alfabetizada cria um novo clima de desenvolvimento. É o que os economistas chamam de “capital cultural”, que ajuda nas políticas de intervenção social.

■ **Fundef**

Com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental e de Valorização do Magistério, em vigor desde 1998, a União reúne 15% das receitas estaduais e municipais provenientes de alguns impostos e redistribui esses recursos proporcionalmente às matrículas no ensino fundamental de cada rede de ensino, devendo complementar o valor mínimo por aluno a cada ano. No entanto, o governo federal não tem repassado os valores exigidos para a complementação. De 1998 a 2003, a diferença entre o valor estabelecido pela Lei e o benefício repassado pela União aumentou de 21% para 44%. O Fundo deixa de fora a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos.

■ **Mas isso foi vetado**

Sancionado em janeiro de 2001, o PNE determinava que o País passasse a aplicar 7% de seu PIB em educação, artigo vetado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação luta pela derrubada dos vetos e pela ampliação dos recursos para a área (www.campanhaeducacao.org.br).



▪ **Liana Borges – O prazer de ler e escrever**

No Rio Grande do Sul, tivemos lindas experiências de fomentação de grupos de geração de trabalho e renda articulados com o Mova. Também tivemos experiências bastante interessantes de encubadoras tecnológicas, também com pessoas em processo de alfabetização.

Como nossas relações se dão majoritariamente com os movimentos populares, temos apreendido que a mística de um grande movimento de alfabetização está justamente na possibilidade de construir uma cultura de alfabetização que seja um elemento motivador, não só para aquele que está se alfabetizando, mas também para a comunidade, que, por exemplo, cede o espaço da igreja para que a vizinhança possa aprender a ler e a escrever. Como avaliar o resultado de uma cultura de alfabetização que permeia a vida da comunidade, que toma conta dos homens e das mulheres? Isso não tem medida. Estamos sempre querendo avaliar o resultado econômico, mas é necessário pensar sobre o reflexo de uma cultura de alfabetização, o que pode nos ajudar a dimensionar a medida do prazer de ensinar e de aprender a ler e a escrever.

Por fim, com todo o respeito ao Alfabetização Solidária, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo que o Programa crescia no governo federal anterior, tivemos um refluxo em relação ao financiamento da educação de jovens e adultos para as redes públicas oficiais. Como podemos conviver com essa contradição? Hoje, o financiamento é insuficiente em relação à demanda constituída pelas experiências de alfabetização. Por isso, é importante ficarmos atentos para esse impasse.

▪ **Regina Esteves – Responsabilidade ou marketing?**

Gostaria de lembrar que houve um aumento dos financiamentos para as entidades públicas no Alfabetização Solidária. A legislação que criou o Programa deixou claro que o financiamento responderia a uma demanda. Isto é, em muitos dos municípios mais pobres do País houve um aumento desse investimento, que, mesmo insuficiente, já representa um passo. Não se trata somente da vontade política de organizar a educação de jovens e adultos, mas também da carência de recursos para que tenhamos uma oferta pública que atenda mais pessoas.



Penso que o conceito de responsabilidade social empresarial tem crescido ao longo dos anos: as empresas são participativas, mas também exigem eficiência e resultados. Elas querem saber no que seu investimento vai impactar, como ele vai beneficiar a comunidade. Nesse sentido, muitas vezes essa responsabilidade social está voltada aos interesses mercadológicos. Assim, o apoio a uma iniciativa de alfabetização pode ficar condicionado ao público no qual a empresa tem interesse, o que não é ilegítimo, mas estamos falando do analfabetismo no País. O problema só vai diminuir se houver um atendimento focalizado nas regiões que mais necessitam e que nem sempre coincidem com o interesse imediato de uma empresa. Isso nos fez discutir o que é a responsabilidade social e o que é o marketing social, tanto no meio empresarial como no setor público. Qual é o limite do uso social de uma proposta educacional como marketing? Isso merece reflexão. As empresas que participam do Alfabetização Solidária têm a oportunidade de receber incentivo fiscal, mas isso não é o mais importante. Ela participa, porque é decisivo, provocando um impacto.

▪ Vera Masagão – É preciso integrar as políticas

Retomando a fala do Célio, existem vários estudos que procuram mostrar os impactos da alfabetização no desenvolvimento social ou econômico, mas sabemos que isso é muito relativo. Não podemos afirmar que a renda por si só promove a alfabetização ou que a alfabetização por si só gera aumento de renda. Existem sempre outros fatores socioeconômicos que influenciam essa correlação. Não podemos alimentar aquela antiga idéia de que a educação é capaz de resolver tudo. Do ponto de vista da política pública, é preciso associar as iniciativas, integrando as propostas de alfabetização com outras políticas de desenvolvimento e inclusão social, como renda mínima, emprego, saúde, educação básica e cultura.



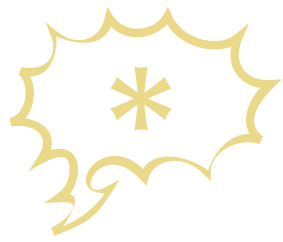
Quero aprender pra poder não ser aquela pessoa apagada que os outros não contece vê através da leitura quero aprender pra ser uma pessoa vista pelas outros i não ter dificuldade arsinar qualquer papel i escrever em qualquer hora i lugar eu sem saber ler não mi encherça pra nada quando eu precisar tenho que pedir a judá alguém i as veze não querem mi dar.”



*Luzia Paula dos Santos
Damasceno, 53 anos
Educanda do
Programa de Alfabetização
Solidária – Isaías Coelho, PI*

Diálogo com o público







□ Diálogo com o público

A partir dos diversos aspectos dos desafios das políticas públicas de alfabetização discutidos durante o debate, o público presente no evento teve a oportunidade de voltar às temáticas já abordadas ou instigar novas discussões por meio de perguntas aos convidados. Neste bloco, apresentamos uma síntese desse momento de diálogo com o público, retomando os principais questionamentos que permitiram aos debatedores ampliar suas intervenções anteriores.

Qualidade x quantidade

O Brasil Alfabetizado inclui um pagamento ao professor para cada aluno alfabetizado. Diante do grande desafio de alfabetizar tantos em tão pouco tempo, é possível conciliar qualidade com quantidade?

■ **Vera Masagão** – Esta é uma estratégia para se controlar e distribuir de forma equitativa o recurso público que está sendo investido nos convênios do Brasil Alfabetizado. Com isso, acredito que o Ministério da Educação está se esforçando para garantir a permanência dos alunos no Programa. Mas o desafio é grande. É preciso ampliar o investimento na área da educação e é crucial remunerar o trabalho dos educadores. Considero justo esse incentivo financeiro ao alfabetizador.

Quero lembrar que a remuneração para o professor foi saudada como um avanço político, porque existia uma idéia inicial de dar um prêmio para o alfabetizado, o que seria um desastre total, pois poderia gerar uma competição por alunos.

■ **Regina Esteves** – O grande perigo que temos num modelo como este é tornar o aluno um instrumento de moeda. Uma outra preocupação é desrespeitarmos o fluxo natural dos projetos de alfabetização e educação de jovens e adultos, que, ao longo do processo, lidam constantemente com a saída e o retorno de alunos. Se considerarmos o pagamento vinculado ao número de alunos, estaremos desrespeitando esse processo natural, já que essa forma de financiamento despreza o conceito de evasão.

“

Para eu que tenho 19 anos e só fiz até a 6^a série, está escola esta sendo muito importante pois faz mais de 3 anos que parei de estudar. (...) eu mal conseguia escrever direito, minha dificuldade era muita grande, mas hoje posso conta com o meu professor (...). Pretendo poder curçar uma faculdade, e tenho certeza de que com o incentivo do move e da acha educativa eu chego la.

”

*Natália, 19 anos
Educanda do Mova SP-
Ação Educativa – São Paulo, SP*



■ **Liana Borges** – Em novembro de 2002, quando essa discussão começou, o Mova encaminhou um manifesto ao ministro da Educação e ao Presidente Lula, chamando a atenção para o risco de transformar o alfabetizando em mercadoria. Também destacamos que a necessidade de receber essa remuneração não se transformasse num elemento que dê margem a fraudes. Se os dados sobre esses resultados não forem pesquisados e organizados de forma sistemática, os professores podem ser responsabilizados por não encaminhar corretamente os resultados dos seus trabalhos para receber a ajuda de custo.

Responsabilização por insucessos

O que fazer para que o professor não seja responsabilizado por eventuais insucessos nos programas de alfabetização?

■ **Liana Borges** – Essa questão está vinculada ao problema da remuneração e também diz respeito à formação do alfabetizador e da alfabetizadora. Não basta iniciar um programa de alfabetiza-

ção, com um curso inicial de 20 ou 40 horas, e deixar o alfabetizador angustiado na sala de aula quando os alunos apresentam suas dificuldades. A formação dos educadores precisa ser permanente e sistemática. A pressão pela ajuda de custo faz com que transformemos todas as diferenças em igualdades. Isso pode ser grave se, por exemplo, não atendermos às diferenças de gênero, étnicas e dos portadores de deficiência como uma especificidade.

■ **Vera Masagão** – Esse tema levanta uma questão fundamental, que vale não só para a alfabetização de adultos, mas para a educação de forma geral: o princípio de que a educação se faz coletivamente. Se não houver um projeto coletivo de um grupo de educadores, a coisa não funciona, como mostram as experiências dos Movas. Os professores não podem ficar isolados com seus alunos, eles precisam fazer parte de um coletivo de educadores e não ficar competindo entre si. A alfabetização é um problema nosso, que vamos trabalhar juntos. Se não tivermos clareza de que quem ninguém educa isoladamente, o educador vai sempre fracassar ou ser culpado pelos problemas que ocorrem.



O papel do MEC

Qual é a política pública do MEC para a Educação de Jovens e Adultos? Há ou não um projeto político-pedagógico definido? Qual o lugar da EJA nesse novo governo?

■ **Liana Borges** – Temos vários sinais positivos de espaço de diálogo e podemos contribuir com a construção dessa resposta. Em São Paulo e em outros quinze Estados brasileiros, temos fóruns estaduais de EJA, em que debatemos quais políticas públicas do setor nos interessa. Precisamos ocupar esses fóruns, porque, se o MEC ainda não descobriu a resposta, nós temos como contribuir. Vamos sugerir pistas, indicativos, experiências, alternativas... Se não contribuirmos efetivamente para a implementação dessas políticas públicas nesse governo que está em curso, corremos o risco de um grande retrocesso ao final de quatro anos.

■ **Célio da Cunha** – O Ministério da Educação enfrenta grandes desafios. Mas a criação da Secretaria de Erradicação do Analfabetismo e a implementação do Programa Brasil Alfabetizado são sinais positivos. Acreditamos que isso deva inaugurar uma nova etapa. O nosso

papel é ajudar a consolidar uma política do Ministério, que já teve várias experiências interrompidas no passado. Certamente surgirão alguns atritos, mas devemos enfrentá-los e somar esforços para consolidar essa política. Esta é uma construção coletiva, e tenho certeza de que o Ministério da Educação está aberto para isso.

■ **Regina Esteves** – Acredito que esse tema está presente no Ministério da Educação, mas com uma concepção de alfabetização pontual, pois a coordenação da EJA não faz parte da estrutura da Secretaria de Erradicação do Analfabetismo. Nesse esforço nacional proposto, devemos também ter um somatório no próprio Ministério de Educação, aliando alfabetização e EJA. Acho que diversos fóruns vão acontecer no País, promovendo um avanço nesse sentido.

■ **Vera Masagão** – Apesar das críticas e das preocupações, estou bastante otimista. A educação de adultos está em pauta e nunca foi levada tão a sério. E isso é mérito do governo e da sociedade brasileiros. Este debate, por exemplo, é um sinal de maturidade, de responsabilidade da sociedade e do governo em relação a essa questão, que é crucial e contemporânea.



Antes do Mova eu só ficava em casa, cuidando dos netos fazendo o serviço de casa e via as crianças passar para ir na escola e ficava com vontade de estudar. Um dia eu estava sentada na frente de casa, quando chegou a Dona Josefina e perguntou se eu sabia ler. Eu disse que não. (...) Depois que eu entrei no Mova estou bem contente, porque estou aprendendo mais, até o meu nome que eu escrevia errado acertei. Já estou lendo um pouco, mas não é bem como eu quero, preciso estudar mais. Agora meus netos vão para a creche e eu vou para a aula. ”

*Erenilda Bolson, 64 anos
Educanda do Mova-RS
Nova Prata, RS*

Mergulho no tema . . .



Instituições

Textos e publicações





□ Mergulho no tema

Aqui você encontra uma relação das organizações que trabalham com alfabetização e educação de jovens e adultos no Brasil, além de indicações de sites, textos e publicações sobre o assunto. Confira uma lista mais completa no site do Observatório da Educação e da Juventude: www.controlesocial.org.br

Instituições

▪ Ação Educativa

ONG que atua nas áreas da educação e da juventude. Produz informação e conhecimento, desenvolve atividades de pesquisa, formação, assessoria e informação. Articula intervenções no campo social e busca a criação e o exercício de direitos.

R. General Jardim, 660 – Vila Buarque – São Paulo-SP • CEP 01223-010

Tel.: (11) 3151-2333

E-mail: acaoeduca@acaoeducativa.org

Site: www.acaoeducativa.org

▪ Ceaal (Consejo de Educación de Adultos de América Latina)

O Conselho de Educação de Adultos da América Latina articula ONGs latino-americanas e caribenhas identificadas com a educação popular. Seu site oferece informações sobre formação de educadores populares, publicações, programações de eventos e intercâmbio de experiências sobre educação de adultos na região.

Site: www.ceaal.org

▪ Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita)

Órgão da Faculdade de Educação da UFMG que procura integrar grupos interinstitucionais de pesquisa, ação educacional e documentação na área da alfabetização e do ensino de Língua Portuguesa. Uma das ações é o Programa de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos.

Av. Antônio Carlos, 6.627– Pampulha – Belo Horizonte-MG • CEP 31270-901

Tel.: (31) 3499-5333

Site: www.fae.ufmg/ceale

▪ Icae (International Council for Adult Education)

O Conselho Internacional para a Educação de Adultos é formado por educadores e instituições que promovem a educação de jovens e adultos como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável e a participação cidadã.

Site: www.icae.org.uy (disponível com versão em espanhol)

▪ **Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)**

Órgão do MEC responsável por organizar e manter o sistema de informações e estatísticas em educação. Planeja, orienta e coordena o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional.

Esplanada dos Ministérios, Bloco L – Anexos I e II, 4º andar – Brasília-DF
CEP 70004-902

Tels.: (61) 226-1519 /226-1039

Site: www.inep.gov.br

▪ **IPF (Instituto Paulo Freire)**

Realiza cursos, levantamentos, estudos e pesquisas; formula planos, programas e projetos de educação, ciência, cultura e comunicação; presta serviços de consultoria, produção, edição e publicação de trabalhos.

R. Cerro Corá, 550, conj. 22, 2º andar – São Paulo-SP • CEP 05061-100

Tel.: (11) 3021-5536

Site: www.paulofreire.org

▪ **IPM (Instituto Paulo Montenegro)**

Organização sem fins lucrativos criada pelo Ibope para desenvolver projetos na área de educação. Junto com a Ação Educativa, desenvolve o Inaf (pesquisa que avalia as capacidades de leitura, escrita e cálculo dos brasileiros) e o Nepso (Nossa Escola Pesquisa sua

Opinião), manual que orienta professores na realização de pesquisas de opinião em escolas.

Al. Santos, 2.101, 8º andar – São Paulo-SP • CEP 01419-002

Tel.: (11) 3066-1601

Site: www.ipm.org.br

▪ **MEC (Ministério da Educação)**

No site do Ministério estão disponíveis informações sobre o Programa Brasil Alfabetizado, documentos de propostas curriculares a serem desenvolvidas e dados oficiais sobre educação no País.

Esplanada dos Ministérios, Bloco L – Ed. Sede e Anexos – Brasília-DF

CEP 70047-900

Tel.: (61) 410-8484

Site: www.mec.gov.br

▪ **Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos)**

Inspirada pelo legado de Paulo Freire, a Rede Mova Brasil foi construída com ações implementadas a partir de parcerias entre movimentos sociais e administrações populares municipais e estaduais. Atua no campo da alfabetização e da educação básica de jovens e adultos, articulando-se nacionalmente, discutindo e propondo políticas públicas para essa modalidade.

Tel.: (51) 3221-7476

E-mails: mova_brasil@yahoo-groups.com.br; lsbo@terra.com.br



▪ PAS (Programa Alfabetização Solidária)

Criado em 1997 pelo Conselho do Comunidade Solidária, tem como objetivo reduzir os índices de analfabetismo e ampliar a oferta pública de EJA no país. SAS, Quadra 5, Bloco K, Ed. Ok Office Tower – Brasília-DF • CEP 70070-050
Tel.: (61) 319-3800

Site: www.alfabetizacao.org.br

▪ Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)

Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, destina-se à educação de trabalhadores rurais em projetos de assentamentos da reforma agrária. O site apresenta um manual sobre o funcionamento e a elaboração de projetos de EJA em acampamentos e assentamentos.

Site: www.pronera.gov.br

▪ Raaab (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil)

Reúne educadores e coordenadores de programas de EJA, pesquisadores, administrações públicas, movimentos sociais, sindicatos e outras entidades ligadas à área no Brasil. É coordenada por um colegiado composto por Ação Educativa, Instituto Paulo Freire e Sapé.

Site: www.raaab.org.br

▪ Sapé (Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação)

Desenvolve pesquisas nas áreas de cultura e educação com o objetivo de contribuir para dar consistência teórica e prática à educação popular.

R. General Justo, 275 – sala 312 – Rio de Janeiro-RJ • CEP 20021-130
Tel.: (21) 2524-5122

E-mail: sape@ax.apc.org

▪ UIE (Unesco Institute for Education)

É um centro internacional de pesquisa, formação, documentação e informação sobre alfabetização, educação não-formal e de adultos e aprendizagem ao longo da vida.

Site: www.unesco.org/education/uiie

▪ Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

Atua por meio de projetos de cooperação técnica firmados com o governo e com instâncias da sociedade civil para auxiliar a formulação e a operacionalização de políticas públicas.

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6 Ed. CNPq/Ibict/Unesco, 9º andar – Brasília-DF • CEP 70070-914
Tel.: (61) 2106-3500

Site: www.unesco.org.br

Textos e publicações

Alfabetização e atitudes: pesquisa com jovens e adultos

Vera Maria Masagão Ribeiro

São Paulo: Papirus, 1999.

Para além de mera aquisição da capacidade de ler e escrever, discute quais são as habilidades de leitura que caracterizariam um indivíduo realmente capaz e apto a viver numa sociedade grafocêntrica.

Alfabetização e Cidadania

Revista da Raaab destinada ao intercâmbio de experiências, à sistematização das práticas e ao aperfeiçoamento teórico-metodológico dos educadores envolvidos em projetos de EJA. Informações: www.acaoeducativa.org

Alfabetização sem o bá-bé-bí-bó-bú

Luiz Carlos Cagliari

São Paulo: Scipione, 2003.

Oferece um panorama crítico da alfabetização no mundo e no Brasil. Reúne teoria e prática, com produção de textos espontâneos, alfabetos, erros, ditado, cópia, leitura, interpretação de textos e ortografia. Todos os tópicos são de sugestões, exemplos e comentários metodológicos, pedagógicos e lingüísticos.

Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade

Maria Clara Di Pierro e Mariângela Graciano

São Paulo, Ação Educativa, 2003.

Seis anos após a realização da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997), faz uma análise das políticas do governo federal para esse segmento, avaliando os progressos no período em direção aos compromissos estabelecidos na Declaração de Hamburgo e na Agenda para o Futuro.

A importância do ato de ler: em três artigos que se completam

Paulo Freire

São Paulo: Cortez, 1994.

Parte da Coleção Questões da Nossa Época, este livro trata do processo da leitura e da escrita sob o ângulo da luta política.

Direito Humano à Educação. Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais 2003

Avalia como a educação tem sido tratada no Brasil sob o ponto de vista dos direitos humanos, incluindo o segmento de EJA. Descreve os resultados de uma missão feita pela Relatoria Nacional para o Direito à Educação



ao Estado do Ceará, em fevereiro de 2003, apresentando recomendações e conclusões.

Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos

Carlos Roberto Jamil Cury

Brasília, Conselho Nacional de Educação, 2000.

Parecer de Carlos Roberto Jamil Cury, membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos. Disponível no [site www.mec.gov.br/cne](http://www.mec.gov.br/cne)

Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras

Vera Maria Masagão Ribeiro

São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

Resultado do 4^o Encontro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, que ocorreu no 12^o Congresso de Leitura do Brasil (Campinas, 2002). Apresenta um balanço das práticas pedagógicas nos programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos no País.

Inaf (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional)

Desenvolvida pela Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, a pesquisa é divulgada desde 2001, quando

apresentou dados sobre a capacidade de leitura e escrita dos brasileiros. Em 2002, revelou resultados sobre a capacidade de cálculo aplicada ao cotidiano. Em 2003, retomou o estudo sobre leitura e escrita. (Disponível nos sites da Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro – já indicados nesta seção).

Letramento no Brasil

Vera Maria Masagão Ribeiro (org.)

São Paulo: Global/Ação Educativa/Instituto Paulo Montenegro, 2003.

Reúne doze artigos de especialistas em educação e leitura, com dados inéditos e uma visão aprofundada do problema do analfabetismo no País. Discute o letramento a partir da pesquisa Inaf e traz informações reveladoras sobre as habilidades de leitura da população brasileira entre 15 e 64 anos.

Mapa do Analfabetismo no Brasil

Produzido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), pretende subsidiar os poderes públicos na formulação das políticas educacionais para superação do analfabetismo. Inclui dados demográficos sobre a situação do analfabetismo no País, a partir de informações do Censo Escolar e do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Disponível em www.inep.gov.br

O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998

Sérgio Haddad (coord.)

São Paulo, Ação Educativa, 2000.

A pesquisa compreendeu trabalhos que abordam as concepções, as metodologias e as práticas de educação de pessoas jovens e adultas.

Encontrado em www.acaoeducativa.org

Parâmetros em ação: educação de jovens e adultos

Material do programa de formação de professores desenvolvido pelo MEC, apresenta um histórico da EJA no Brasil, oferece instrumentos de trabalho ao educador, como subsídios para a elaboração do plano didático, o que e como ensinar, reflexões sobre a linguagem na EJA e novos desafios para ensinar e aprender Matemática. Informações no site www.mec.gov.br, na SEF.

Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa

Paulo Freire

São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Contesta as mentalidades fatalistas da

ideologia imobilizante de que “a realidade é assim mesmo”, mostrando que educar é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um tempo de possibilidades.

Proposta curricular: 1º Segmento (1ª a 4ª séries)

Proposta curricular: 2º Segmento (5ª a 8ª séries)

Subsídios do MEC para a elaboração de projetos e propostas curriculares de EJA adaptados às realidades locais e às necessidades específicas do segmento. Documentos disponíveis em www.mec.gov.br, na Secretaria de Ensino Fundamental – SEF.

Reflexões sobre alfabetização

Emília Ferreira

São Paulo: Cortez, 1995.

Desloca a investigação do “como se ensina” para “o que se aprende”. A partir do pressuposto de que alfabetização nada tem de mecânico, mostra que a criança constrói seu sistema interpretativo, pensa, raciocina e inventa buscando compreender esse objeto social complexo que é a escrita.

Alfabetização e analfabetismo **desafios para as políticas públicas**

Esta publicação apresenta uma síntese do debate “Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas”, realizado em setembro de 2003, em São Paulo, pelo programa Observatório da Educação e da Juventude, da Ação Educativa, em parceria com o Instituto Itaú Cultural e a Rede SescSenac de Televisão.

Para ampliar as discussões e reflexões surgidas no debate, oferecemos aqui um panorama da situação atual do analfabetismo de adultos no Brasil, destacando aspectos políticos e conceituais que perpassam as definições de políticas públicas para a área. Também incluímos dicas de instituições, sites e textos que discutem a alfabetização e a educação de jovens e adultos, de forma a contribuir com aqueles que tenham interesse em se aprofundar no tema.

O Observatório da Educação e da Juventude é um programa da:

Patrocínio



Ação Educativa

